



**UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E A IMPORTÂNCIA
DA EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
LIBERTADORA: UM BREVE PANORAMA ATUAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY AND THE IMPORTANCE OF
EXTENSION IN THE PERSPECTIVE OF LIBERATING EDUCATION: A
BRIEF CURRENT OVERVIEW OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF
UBERLÂNDIA**

**João Vitor Martins Silva¹
Amanda Regina Gonçalves²**

RESUMO

Esse trabalho centra-se sobre o debate do espaço público-político da universidade pública no Brasil e tem como objetivos: demonstrar como a universidade federal pode ser um instrumento para a democracia plena; promover a importância do ensino público de qualidade no país; identificar o panorama de ações extensionistas e políticas de extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), localizada em Uberlândia-MG. Por fim, o trabalho apresenta problemáticas relacionadas a recentes processos de desvalorização das universidades públicas no Brasil, como reflexos do sistema neoliberal, e aponta a importância da perspectiva da extensão como ferramenta para a educação libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público-político; Universidade Federal; Extensão; Educação Superior.

ABSTRACT

This work focuses on the debate regarding the public-political space of public universities in Brazil and aims to: demonstrate how the federal university can be an instrument for full democracy; promote the importance of quality public education in the country; and identify the landscape of extension actions and policies at the Federal University of Uberlândia (UFU), located in Uberlândia-MG. Lastly, the work addresses issues related to the recent processes of devaluation of public universities in Brazil, as reflections of the

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) de 2021 a 2024. E-mail: jmartinsjo5@gmail.com

² Professora do Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: amandar.goncalves@ufu.br

neoliberal system, and highlights the importance of the extension perspective as a tool for liberating education.

KEYWORDS: Public-political space; Federal University; Extension; Higher Education.

INTRODUÇÃO

A universidade é uma das mais importantes instituições sociais para o desenvolvimento da humanidade, o que requer sua valorização e a sua defesa como “um direito democrático” (Chauí, 2001, p. 9). Enquanto instituição que se desenvolve apoiada em três papéis fundamentais: o de ensinar, pesquisar e se comunicar, e realizar trocas de saberes com a sociedade por meio da extensão. Foi através das universidades que diversos estudos colaboraram para mudanças tecnológicas, econômicas e sociais. Entretanto, dentre as diferentes naturezas institucionais das universidades, é a Universidade Pública que tem conseguido democratizar o acesso gratuito à produção de ciência e aos debates científico-sociais. Dentre elas estão as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cujo presente estudo destina maior atenção.

Concebe-se essa instituição como um espaço político, onde convivem ideologias e contradições. As universidades abrigam ideais que se transformam em materialidade, como por exemplo, quando um egresso atua na sua profissão ou um governo apoia-se em uma pesquisa ou é assessorado para guiar suas ações. Em meio a um sistema de produção capitalista imperado pela lógica neoliberal, o espaço universitário torna-se um espaço também de disputas de poder àqueles que o acessam. Se, em teoria, a universidade atende a todos e está para todos – como prevê uma democracia – esta, então, não deveria limitar seu acesso, e não haveria, portanto, exames admissionais que limitassem seu acesso, devendo então haver vagas e condições de manutenção para todos que quisessem realizar seus cursos. Como já se sabe, isso não é o que ocorre no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior de 2021, apenas 19,7% da população entre 18 e 24 anos frequenta a Educação Superior (Brasil, 2022, p. 5).

Como espaço de acesso ao conhecimento e também ao debate, à diversidade de ideias e à produção científica, as IFES demonstram-se um forte instrumento na implementação de uma democracia plena. Um mecanismo para este fim é a educação libertadora dos estudantes na perspectiva freireana, que através do contato com o contraditório, o debate e a produção de conhecimentos, proporciona condições para

que estes construam coletivamente a possibilidade de uma universidade, verdadeiramente democrática. Desse modo, revela-se a importância de uma prática da liberdade, no caso, de uma educação libertadora. Não obstante, fica clara a necessidade de analisar as ações que ameaçam sua existência e potência institucional.

Esse trabalho³ problematiza, por conseguinte, a noção de “democracia liberal” e seus impactos negativos para o espaço público-político da universidade e tem como objetivos específicos: demonstrar como a universidade federal pode ser um instrumento para a democracia plena; promover a importância do ensino público de qualidade no país; identificar o panorama de ações extensionistas e políticas de extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cuja sede localiza-se no município de Uberlândia-MG, e apontar as problemáticas relacionadas a recentes processos de desvalorização que colocaram em xeque a existência das IFES.

Isso foi feito a partir das associações entre conceitos da geografia, psicanálise e pedagogia, como: espaço político, espaço público, espaço para além, educação libertadora e ambiente facilitador. Ademais, foram analisados dados do Sistema de Informação de Extensão (SIEEX) da UFU e disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da instituição referente ao período de 2010 a 2022, a fim de conhecer e analisar as ações de extensão feitas por esta instituição, públicos diretamente beneficiados por elas e seus possíveis impactos na sociedade.

Para isso, o trabalho foi dividido em duas seções. Na primeira, uma análise foi elaborada das potencialidades configuradas ao espaço público-político das IFES, além de um breve debate acerca do termo “espaço para além”, suas implicações para a análise deste estudo, a fim de compreender as relações entre o sentido público e político dos espaços. Também se dá início a uma elaboração de confluências entre geografia e psicanálise, promissoras à temática da universidade. Na segunda seção, se fez uma concisa análise sobre a extensão na forma de comunicação como ferramenta para a educação libertadora, na perspectiva de Paulo Freire (1983) e, por consequência, para a democracia, além de análises acerca das ações extensionistas da Universidade Federal de Uberlândia na forma de dashboards com gráficos. Também se refletiu sobre os reflexos do sistema neoliberal enquanto bloqueios orçamentários às universidades federais.

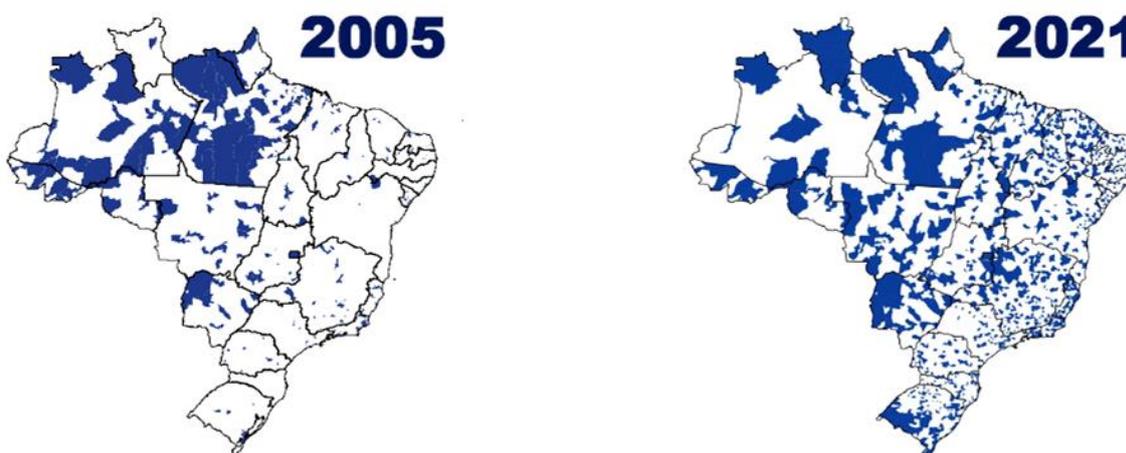
³ O presente artigo deriva do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia da UFU do autor João Vitor Martins Silva, sob orientação da coautora Amanda Regina Gonçalves, intitulado “A universidade federal brasileira e a importância da extensão na perspectiva da educação libertadora” (Silva, 2023).

UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESPAÇO PARA ALÉM

A expansão e democratização da universidade no Brasil, sobretudo a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciado em 2003⁴, e que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, conduziu à necessidade das Universidades Federais também ampliarem as políticas de permanência, como as de promoção bolsas de permanência, auxílios financeiros, moradias estudantis, bolsas de pesquisa, cotas, entre outros, como meios de permanência dos novos estudantes nesse ambiente.

Os mapas a seguir expõem o impacto territorial da expansão da educação superior federal no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior de 2021, do INEP (Brasil, 2022), “a matrícula na rede federal estava presente em 931 municípios brasileiros, por meio de campi com cursos presenciais ou de polos EaD. São 101 municípios na região Norte; 315, no Nordeste; 249, no Sudeste; 174, no Sul; e 92, no Centro-Oeste”, demonstrando como as políticas educacionais necessitam estar interligadas às políticas territoriais e sociais no país.

Figura 1. Municípios com oferta de cursos presenciais ou com polo EaD oferecidos pela rede federal de educação superior – Brasil 2005 e 2021.



Fonte: Censo da Educação Superior – 2021, INEP (Brasil, 2022).

As IFES não somente têm conseguido trazer e manter mais pessoas da classe trabalhadora para si por meio desses recursos, como também têm oferecido projetos,

⁴ Informações sobre o REUNI podem ser acessadas em: reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni.

ações e programas que promovem uma série de impactos à formação cidadã de seus estudantes contemplados. Esse meio educacional se constitui, em primeira instância, portanto, como um *espaço para além*. Neste trabalho, concebe-se por *espaço para além*, espaços da instituição universitária federal no Brasil não só entendidos como um espaço público para a produção de ciência, mas também um espaço essencialmente político de coexistência, para (com)viver, para descobrir-se e situar-se melhor no mundo, para relacionar-se com as diferenças que ela abriga e também com as contradições, os acontecimentos e o que há no mundo onde vivemos, que, por excelência, constituem os sujeitos e a própria instituição social. Um espaço para além daquilo que está posto na sociedade, que necessita readequar-se aos novos estudantes que agora trazem consigo novos debates, novas vivências, novas exigências característicos das mudanças que sociedade atual tem conhecido. Sem estabelecê-lo pretensiosamente como um conceito para pensar as universidades públicas na atualidade, a intenção é compreender à universidade federal como *espaço para além* para demonstrar como as problemáticas que vêm emergindo nessas instituições a partir da sua expansão e acesso a sujeitos que trazem uma nova configuração social, política e cultural, bem como às novas formas de funcionamento que tendem a valorizar as suas ações extensionistas; portanto, um termo que leve a universidade a refletir constantemente sobre suas práticas.

Considerando a universidade esse *espaço para além*, muitos estudantes do ensino básico público e privado têm, dentre suas expectativas futuras, a possibilidade de continuar os estudos na educação superior, sobretudo nas universidades públicas. Apesar disso, IFES têm sofrido com constantes dificuldades, a exemplo de contingenciamentos de verbas por todo o país (ANDIFES, 2022), o que sufoca seus diversos projetos, estudos e até manutenção orçamentária básica, impactando diretamente a sociedade como um todo. No entanto, tais consequências não recaem diretamente aos mais favorecidos economicamente, os quais possuem mais recursos financeiros para manterem-se nas universidades públicas ou pagar universidades privadas. Ainda hoje, é a classe trabalhadora que mais sofre com essa situação crítica do ensino, diminuindo suas perspectivas de formação inicial e continuada, desenvolvimento do pensamento crítico e acesso a debates que promovem o reconhecimento de opressões a esta mesma classe da sociedade.

Como *espaço para além*, a educação nas universidades públicas também possibilita uma formação para a autonomia. Parte do contato com o conhecimento

histórico-crítico e com o exercício do debate – que mobiliza reconhecer quem participa dele como possuidor da palavra e, portanto, sujeito de sua própria história e também suscetível a transformações – o que gera impactos na psique do estudante⁵, ampliando horizontes, vieses, perspectivas não somente de sua profissão objeto da formação escolhida, mas de si no mundo.

Bolsas de auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio permanência, auxílio creche, auxílio ao acesso à informação digital, bolsas de extensão, programas de órgãos ligados ao Ministério da Educação, como a Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁶ e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁷, programas como Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP), bolsas de monitoria estudantil, participação projetos sediados em laboratórios, estágios remunerados, mobilidades internacionais, participação em eventos acadêmicos, trabalhos de campo e culturais. Esses são alguns dos vários programas, ações de fomento e apoio oferecidos pelas universidades federais e estaduais brasileiras para promover a permanência, interesse, formação e acesso ao espaço da universidade que, inclusive, muitas vezes realizado por meio de diálogos e práticas com o ensino básico. Dessa maneira, estas também são políticas educacionais que fortalecem a autonomia que esse *espaço para além* proporciona ao estudante em meio às condições neoliberais que o estudante segue enfrentando para se manter na educação superior, promovendo não somente recursos financeiros para permanecer nestes espaços políticos, mas oferecendo uma formação cidadã, em contato com a coletividade e diversidade humana, com valorização à autonomia dos que a acessam e dela própria como instituição.

Pelo caráter político, autônomo e humano de sua constituição, a universidade federal brasileira faz-se sob a forma de um espaço público-político que também pode

⁵ De acordo com Martins (2011, p. 212a), “o processo de aquisição das particularidades humanas, isto é, dos comportamentos complexos culturalmente formados, demanda a apropriação do legado objetivado pela prática histórico-social”.

⁶ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. Em 2007, também passou a atuar na formação de professores da educação básica, conforme o site da CAPES (www.gov.br/capes).

⁷ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento, conforme o site do CNPq (www.gov.br/cnpq).

oferecer novas experiências e perspectivas de vida. Composta por estudantes que, em sua maioria, acaba de deixar o ensino básico e passa a viver diariamente o espaço da universidade federal, este se torna, para esses sujeitos, um espaço para além, que pode ser fundamental para as elaborações sobre a realidade e proposições de um mundo mais democrático.

É nesse contexto, que se faz necessário entender a relação da universidade federal brasileira com a educação libertadora dos estudantes, compreendendo suas características e papéis frente ao sistema neoliberal que acompanha o modo de produção capitalista. Por isso, é imprescindível questionar ações que têm provocado diversas crises que tentam fragilizá-la na atualidade, como políticas que visam fragilizar e inviabilizar uma das maiores manifestações da democracia: a igualdade de acesso da sociedade à construção do conhecimento e ao debate sociopolítico.

A democracia demonstra ser uma evolução importante na organização das sociedades humanas. De acordo com Marilena Chaui (2001), a democracia não é somente a passagem do poder despótico privado, mas também o poder propriamente político como discussão, deliberação e decisão coletiva, que são feitos em público. Questionada sobre como a universidade se mostra parte integrante e constitutiva do tecido oligárquico, autoritário e violento, que marca a sociedade brasileira, a autora responde que:

Com relação ao corpo discente: a universidade pública tem aceitado passivamente a destruição do ensino público de primeiro e segundo graus, a privatização desse ensino, o aumento das desigualdades educacionais e um sistema que reforça privilégios porque coloca o ensino superior público a serviço das classes e grupos mais abastados, cujos filhos são formados na rede privada no primeiro e no segundo grau. Para agravar ainda mais esse quadro, alguns propõem “democratizar” a universidade pública fazendo-a paga, ainda que só devam pagar os “mais ricos”. Procura-se remediar um problema destroçando o princípio ético-democrático do direito à educação (Chaui, 2001, p. 37).

Como a autora menciona, muito se tem discutido acerca da democratização da universidade, mas muitas vezes isso é camuflado por movimentos característicos de sua privatização, conferindo àqueles mais favorecidos economicamente a garantia do acesso ao debate político e impossibilitando esse acesso à classe mais vulnerável economicamente. A autora ainda reitera que isso destroçaria o princípio ético-democrático do direito à educação, ou seja, em padrões de uma democracia liberal, a universidade constitui-se um espaço destinado aos que a conseguem pagar para acessá-la. É nesse contexto, que passamos a entender essa instituição social como

reflexo dos conflitos da sociedade da qual faz parte. Ela não é uma realidade separada, mas uma expressão determinada no decorrer da história por uma sociedade determinada (Chauí, 2001).

Daí se confere a necessidade de reafirmar essa instituição como um direito conferido a todos, todas e todes⁸. Ora, se esta instituição é coisa pública, deve-se entender que ela está intimamente relacionada à divisão social do trabalho e à luta de classes, uma instituição onde todos devem ter o direito de produzir saberes e exercer o princípio democrático do poder político de discutir, deliberar e decidir coletivamente. Entretanto, é justamente esse caráter que ameaça transformar uma democracia liberal – onde os privilegiados financeiramente acessam com mais facilidades e, por isso, oprimem – em uma democracia verdadeira, onde os oprimidos⁹ também têm lugar.

A universidade brasileira diante da formação estrutural desigual do país

Quando se analisa o tema sob uma perspectiva histórica no Brasil, alguns acontecimentos acabam por dar elementos que elucidam as dificuldades de tentar transformações nos espaços educacionais a fim de democratizá-los. A priori, é preciso rever a história para reconhecer que o Brasil é um país formado através de um processo violento de colonização pelos povos europeus, onde os povos originários aqui presentes já detinham diversos conhecimentos, organizações, estruturas de poder e saberes que foram massacrados junto com a vida desses povos originários. Outro processo associado à colonização que colaborou mais ainda para as desigualdades sociais brasileiras foi a escravização de pessoas pretas, sequestradas de África e trazidas ao Brasil.

Características como essas da educação brasileira, herdeira de três séculos de escravidão e com as suas escolas de elite, trazem à mente as palavras de Manacorda (1989, p. 41), para quem, desde que a sociedade se dividiu em dominantes e

⁸ “Todes” é uma proposta de linguagem não binária ou neolinguagem que busca atender a um fenômeno emergente de regularização de uma marca para identificação não binária de gênero, de acordo com a linguista Raquel Freitag (2021). Isso busca incluir pessoas do gênero masculino, feminino e também outras formas de gênero que não se incluem na lógica binária de gênero: as pessoas não binárias, grupo de pessoas cada vez mais presente no espaço universitário.

⁹ Aqui utilizamos “oprimidos”, tal como concebido por Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido” (2022, p. 60): “O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. Precisamente porque, se sua luta é no sentido de fazer-se Homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar, nos polos da contradição”.

dominados, “para as classes excluídas e oprimidas [não se destinava] nenhuma escola” (Manacorda, 1989, p. 58 apud Bittar; Bittar, 2012, p. 162). Em virtude disso, não é de se admirar que haja até hoje, na história da educação brasileira, opressões que limitem e dificultem o processo de transformação da educação em um direito comum a todos, todas e todes. Para entender melhor essa questão e também a definição *espaço para além* apresentada neste estudo, evocaremos alguns conceitos, como “educação libertadora” (Freire, 2022), “espaço político” (Castro, 2018), “espaço público” (Gomes, 2018) e “ambiente facilitador” (Winnicott, 2022).

O processo da colonização no Brasil foi violento: exterminou sociedades originárias, civilizações, conhecimentos e culturas. Sequestrou povos de África, escravizando-os e utilizando deles para enriquecer uma parcela muito seleta de pessoas, a coroa portuguesa. É inegável, pois, impactos irreversíveis através da imposição de uma visão luso-europeia do mundo a essas pessoas. Sob este prisma, constitui-se, portanto, uma grande desigualdade estrutural na formação da sociedade brasileira, em se considerar múltiplas violências e traumas sofridos pela grande maioria de pessoas que para o Brasil vieram desde sua gênese enquanto nação. Ademais, há alguns eventos que, como explica a psicanálise, impactam profundamente a psique humana. Ora, por que não impactariam também de tal maneira a sociedade?

Para a psicanálise, o esquecimento que produz sintoma não é da mesma ordem de uma perda circunstancial da memória pré-consciente: é da ordem do recalque. Somos então obrigados a nos indagar se é possível se falar em um inconsciente social cujas representações recalçadas produzem manifestações sintomáticas (Kehl, 2019, p. 7).

As perguntas surgem diante dos impactos desses processos e, o anseio por suas respostas faz parte da justificativa deste estudo: compreender também o compromisso da universidade federal brasileira diante dessa formação estrutural desigual a partir do entendimento dessa instituição como um *espaço para além*. Espaço este, para além do acesso ao conteúdo dos cursos de graduação e pós-graduação, para além da abstração da experiência acadêmica, para além dos interesses do modo de produção capitalista neoliberal que possam atravessar suas ações. Um espaço de coexistência, de acesso e de inserção nos debates e produções dos novos conhecimentos e de mudanças econômicas, políticas e sociais, portanto, um espaço, sobretudo político, onde os estudantes podem acessar não somente para

entrar no mercado de trabalho, mas para serem reconhecidos como sujeitos e sujeitas de sua própria história.

Muito comumente quando nos deparamos com críticas aos espaços públicos, elas não reconhecem a natureza de seu funcionamento e a submetem a processos de desvalorização e descrédito com propósitos ligados à lógica de mercado. Como é possível uma democracia verdadeira sem as interlocuções entre ideias de comunidade política, bem público, poder popular, conflitos internos e rotatividade de governantes? (Chauí, 2001) É imprescindível pensar os espaços públicos como espaços avessos à lógica neoliberal do modo de produção capitalista, posto que não são produtos dados e inacabados, além de serem “os lugares em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromissos” (Gomes, 2018, p. 117). Se são, portanto, canal de comunicação e cenário de oposições àqueles que dele quiserem participar, estes são, simultaneamente, espaços políticos – cujo objetivo em ser um lugar de todos, todas e todes, o insere contra o objetivo primário capitalista de obtenção de lucro de uns (estes com privilégios de acesso a múltiplos espaços privados e públicos) em razão da exploração de vários outros.

Espaços políticos são também lugares mobilizados para o confronto. São lugares que clamam a defesa de interesses, negociações e conexões com o poder decisório governamental, qualquer escala ele esteja posto (Castro, 2018). Desse modo, a partir de uma educação libertadora, criam-se caminhos para elaborar no espaço público-político da universidade também os efeitos negativos de tantas desigualdades estruturais. Contudo, para haver a educação libertadora, o espaço da universidade deve propor-se na forma de um “ambiente facilitador”.

Tomamos como “educação libertadora”, aquilo que para Paulo Freire (2022, p. 94) é a educação problematizadora: ou seja, “já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente”.

Haja vista que a ideia de educação libertadora esteja associada a uma prática não somente de conscientização das opressões em que os oprimidos se encontram, mas também de busca em superar a contradição opressores-oprimidos (Freire, 2022), fica evidente a carência em entender a superação dessa contradição como um processo ligado a toda uma sociedade. Assim, como dispõe o espaço político-público

da universidade, tal superação se configura possível através do desenvolvimento intelectual realizado junto das articulações e interlocuções dos sujeitos e sujeitas oprimidos e oprimidas. Numa relação pedagógica democrática, como bem menciona Chauí (2001, p.71), “o lugar do saber se encontra sempre vazio e que, por esse motivo, todos podem igualmente aspirar a ele, porque não pertence a ninguém”.

Interlocução entre áreas do conhecimento num ambiente facilitador

Na busca por melhor compreensão da discussão sobre o papel social da universidade faz-se necessária uma abordagem que exige alusão à psicanálise. Os diálogos, cada vez mais constantes entre as áreas do conhecimento, apontam algo importante: é necessário pensar que, ao analisar um problema, muitas vezes a visão do todo se perde em meio a uma ciência dividida em múltiplas especificidades, fato este que impossibilita uma compreensão mais ampla da realidade analisada. Como cita em seu livro “Um discurso sobre as ciências”, Boaventura de Souza Santos (2008) nos coloca frente a uma crise no paradigma dominante da ciência na atualidade¹⁰ e a gradual emergência de um paradigma novo, este mais transdisciplinar, isto é, que percebe os saberes ao mesmo tempo entre as disciplinas, pelas diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina.

“A composição transdisciplinar e individualizada para que estes exemplos apontam sugere um movimento no sentido da maior personalização do trabalho científico. Isto conduz à terceira característica do conhecimento científico no paradigma emergente” (Santos, 2008, p. 79).

Sob esta constatação que se consideram necessárias confluências entre a psicanálise e a geografia neste estudo – estas embebidas da filosofia, por sua vez.

O conceito de “ambiente facilitador”, do psicanalista inglês Donald Woods Winnicott (2022), perpassa o entendimento de um ambiente que propicia um crescimento e aprendizado saudáveis àqueles que o acessam, como aponta Silva (2020) ao tratar desse conceito a partir de Winnicott. Este autor criou esse termo com intenções de estudar os processos de amadurecimento humano e pensou o ambiente como um lugar que provê as condições necessárias para cada período de

¹⁰ A ver sobre esta crise mencionada pelo autor: “A crise do paradigma dominante é o resultado interativo [sic] de uma pluralidade de condições. Distingo entre condições sociais e condições teóricas. Darei mais atenção às condições teóricas e por elas começo. A primeira observação, que não é tão trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (Santos, 2008, p. 41).

desenvolvimento do ser humano, o levando a encontrar seu verdadeiro “si-mesmo”. Entretanto, esse ambiente pode falhar de modo que o indivíduo não consiga suportar, o instabilizando “na continuidade de existência do ser, podendo favorecer dificuldades na aprendizagem ou até mesmo o adoecimento psíquico” (Silva, 2020).

De acordo com Conceição A. Serralha (2016, p. 79),

Winnicott reconhecia nas instituições, aquelas parcelas da sociedade que, por meio da estabilidade promovida por seus códigos e normas de conduta, assim como por meio de seus fins, complementavam os papéis parentais, ou, na falta destes, os substituíam. Ao atuar dessa maneira, o ambiente institucional promove as condições básicas para o desenvolvimento do indivíduo como ser social, ou mesmo, para que ele possa, antes de tudo, *vir a ser* um indivíduo.

Como a autora cita, o ambiente institucional promove as condições básicas para o desenvolvimento do indivíduo como ser social. Assim como Winnicott percebe os ambientes institucionais de suma importância nos processos de maturação dos indivíduos, Paulo Freire demonstra, através da ideia de educação libertadora (Freire, 2022), como são importantes o espaço e a participação ativa dos estudantes e famílias, a fim de estimular a criatividade e aprendizagem.

À luz dessa conceituação, subentende-se o espaço da universidade pública também como um espaço de possíveis opressões, ou seja, uma instituição que, quando falha com quem a frequenta (por exemplo, quando esse espaço é omissos aos casos de racismo e outras injustiças que acontecem dentro dele), pode gerar adoecimentos e dificuldades psíquicas. Ademais, como aponta Serralha (2016), instituições também têm seu lugar de importância nesse processo de amadurecimento humano e, visto que Winnicott considerava esse um processo contínuo, tal processo não se acaba na escola.

Assim, há sempre uma loucura do bebê no adulto sadio. Quando falamos do amadurecimento infantil sadio, “sabemos que estamos falando da infância toda, em particular da adolescência; e se estivermos falando da adolescência, estaremos falando de adultos, pois nenhum adulto é adulto o tempo todo” (1986b, p. 81; tr. p. 64). O primado do passado, a redução do existir a uma sequência dos agora ou a perda da abertura para o futuro são sinais de patologias. A estrutura da personalidade do indivíduo winnicottiano que amadurece de modo sadio inclui a relação com o passado, o presente e o futuro, portanto, isto é, com o todo do tempo (Winnicott apud Loparic, 2016, p. 235).

Um exemplo claro de impactos negativos na psique que tem demonstrado tais patologias também no ensino superior é o crescimento de registros do

desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC) no ambiente universitário, independente da área de conhecimento. Em um estudo realizado pela ANDIFES em associação com a UFU, a “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018” (feita de quatro em quatro anos) traz dados recentes que apontam esse sofrimento psíquico. Segundo a pesquisa nacional, dos 1.200.300 discentes – distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período entre 2000-2018 – que participaram da pesquisa, 83,5% dos estudantes sofre com dificuldades emocionais, sendo a ansiedade a dificuldade emocional enfrentada por mais estudantes: 63,6%.

Tabela 1. Dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica nos últimos doze meses, 2018 (%)

Problemas ou sensações de:	Não	Sim
Ansiedade	36,4	63,6
Tristeza persistente	77,1	22,9
Timidez excessiva	83,8	16,2
Medo/pânico	86,5	13,5
Insônia/alterações no sono	67,3	32,7
Desamparo/desespero	71,8	28,2
Desatenção/desorientação/confusão mental	77,9	22,1
Problemas alimentares	87,7	12,3
Desânimo/desmotivação	54,4	45,6
Solidão	76,5	23,5
Ideia de morte	89,2	10,8
Pensamento suicida	91,5	8,5
Dificuldades emocionais	16,5	83,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior / ANDIFES (2018, p. 205).

Tendo noção de como a universidade pública se configura um espaço de tantas possibilidades de vivências, evoca-se a ideia, novamente, de *espaço para além*. Não se trata de pensar esse espaço como “salvador” e sim de refleti-lo como um mediador: a universidade é condição para a sociedade democrática, assim como a sociedade democrática é condição para a universidade (Chauí, 2018). Este espaço deve reconhecer seus novos desafios, seus erros e responsabilidades, de modo a abstrair um sentido diferente do processo de aprendizagem como também um processo de vivência. A teoria winnicottiana sobre o amadurecimento em conexão com os dados apontados anteriormente salientam consequências de um espaço que

pode cumprir papéis positivos e negativos. Por isso, se faz relevante a reflexão sobre uma educação que possibilite o reconhecimento dos sujeitos enquanto participantes ativos de suas próprias narrativas de vida.

A EXTENSÃO FREIREANA COMO MANIFESTAÇÃO DO PAPEL UNIVERSITÁRIO E O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

No que tange ao compromisso universitário como uma alternativa de ação para a educação libertadora dos estudantes, temos como premissa que um dos papéis fundamentais para alcançar a mobilização e conquista da democracia verdadeira seria o da extensão universitária junto à comunidade. Ora, posto que o espaço público-político universitário e a sociedade democrática são condições um para o outro, dentre os pilares da universidade, é a extensão quem cumpre o papel mais próximo disso. Embora se entenda que esse seja o melhor caminho para a o alcance do compromisso universitário com a educação libertadora, é imprescindível reiterar o entendimento da extensão na forma de comunicação.

Como aponta Freire (2004) em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, há uma limitação dessa palavra “extensão”, no que diz respeito ao que ela propõe e o que, de fato, deveria propor a universidade como forma de ação.

Não será com o equívoco gnosiológico que se encontra contido no termo “extensão” que poderemos colaborar com os camponeses para que substituam seu comportamento mágico em termos preponderantes, por uma forma crítica de atuar. A extensão em si mesma (e, quando não o é, está sendo mal denominada) enquanto é um ato de transferência, nada ou quase nada pode fazer neste sentido (Freire, 1983, p. 37) [sic].

Ainda segundo Freire, este é um termo que pressupõe uma das partes ter um saber inferior (que precisa “receber”, pois não tem), e a outra, um saber superior (que “estende” e alcança a outra parte, pois tem), por isso um ato de transferência. Por conseguinte, seria relevante pensar essa ação extensionista sob outra perspectiva: a da comunicação. Através dela, os indivíduos conseguiriam se apropriar criticamente de suas posições ocupadas com os demais no mundo e isso geraria neles o reconhecimento próprio de sujeitos transformadores do mundo (Freire, 1983). Desse modo, o *espaço para além*, conforme mencionado sobre universidade, atenderia a seu caráter político público de contradição, manifestação de conflitos e garantia da manifestação diversa de ideias.

Com o objetivo de conhecer as ações de extensão de uma instituição federal e os possíveis impactos dessa instituição na sociedade, seguem alguns dados sobre as ações de extensão feitas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)¹¹, localizada no estado de Minas Gerais, cujos campi estão localizados nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, na região do Triângulo Mineiro.

Salientamos que não é somente pela extensão que se conhece o compromisso de uma universidade com a educação libertadora dos estudantes, mas nesse trabalho damos atenção a ela, por entender que extensão é a expressão *sui generis* da relação da universidade com a comunidade, o que apontamos acima como fundamental para esse compromisso da universidade.

Dados da Extensão na UFU cadastrados no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEX)¹² de 2010 a 2022 foram apresentados na ferramenta PowerBI, inclusa no pacote Office365, e foram disponibilizados online pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC-UFU) sob a forma "Evolução da Extensão na UFU". O registro e a transparência viabilizados pelo SIEX desde sua criação em 2010 (reflexo da lei de transparência em 2009¹³) tornam possível verificar ações de extensão feitas pelos sete campi da instituição desde 2010.

É necessário apontar que a instituição em questão foi autorizada a funcionar em 1969 e federalizada em maio de 1978, ou seja, completa, em 2023, 45 anos de federalização¹⁴. Isso deve ser levado em consideração visto que projetos, publicações e outras ações extensionistas de 1978 a 2010 não foram registradas pela plataforma de registros de extensão SIEX-UFU, apontando para a subnotificação de ações de extensão no decorrer de trinta e dois anos antes da criação da plataforma em 2010, como consequência das políticas de transparência das universidades federais de 2009.

A pesquisa do número de ações no SIEX, indicou inicialmente um problema de subnotificação de dados no SIEX em relação aos dashboards da ferramenta PowerBI, que apontam para um número superior de 16.792 ações (2010-2022),

¹¹ Agradecemos as contribuições que enriqueceram a pesquisa sobre a extensão na UFU realizadas pela professora Glaucia Carvalho Gomes, coordenadora do Colegiado de Extensão do Instituto de Geografia da UFU.

¹² Universidade Federal de Uberlândia. Sistema de Informação de Extensão (SIEX). Disponível em: www.sieux.proexc.ufu.br/. Acesso em 11 out. 2023.

¹³ A lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 estabelecia a disponibilização em tempo real de informações das finanças da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

¹⁴ O site institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está disponível em: ufu.br/institucional.

enquanto que mesmo considerando o ano de 2023, o SIEX aponta no presente momento de realização desta pesquisa 12.497 ações registradas (de 2010 até o dia 30/11/2023).

O registro e transparência de dados como esses são importantes para a identificação da realização do papel extensionista da IFES, bem como para avaliar e planejar políticas administrativas e acadêmicas em relação às ações de extensão na instituição, o que pode ser conhecido na UFU por meio dessa plataforma de registros por apenas 13 dos 45 anos de contribuições da universidade em questão.

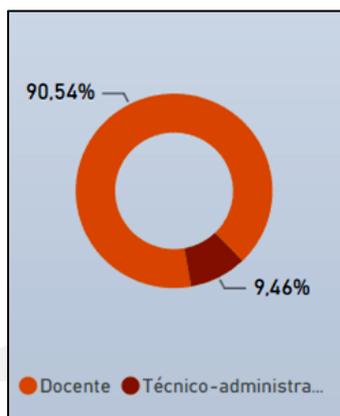
Considerando os dados da plataforma SIEX-UFU dos últimos 13 anos, destaca-se que o sistema prevê seis modalidades de ações de extensão e cultura: curso/oficina, eventos, prestação de serviços, programa, projeto e publicação. Observou-se que, em pesquisa realizada no SIEX-UFU apontou-se para uma subnotificação de ações na plataforma SIEX. Assim, de acordo com a PROEXC-UFU o número de ações entre 2010 e 2023 foi de 18.819 atividades. Abaixo, encontram-se os dados oficiais para análise nesta pesquisa, coletados no dashboard da “Evolução da Extensão na UFU” do período de 2010-2022.

Gráfico 1: Atividades de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) aprovadas por ano no SIEX, no período de 2010 a 2022.



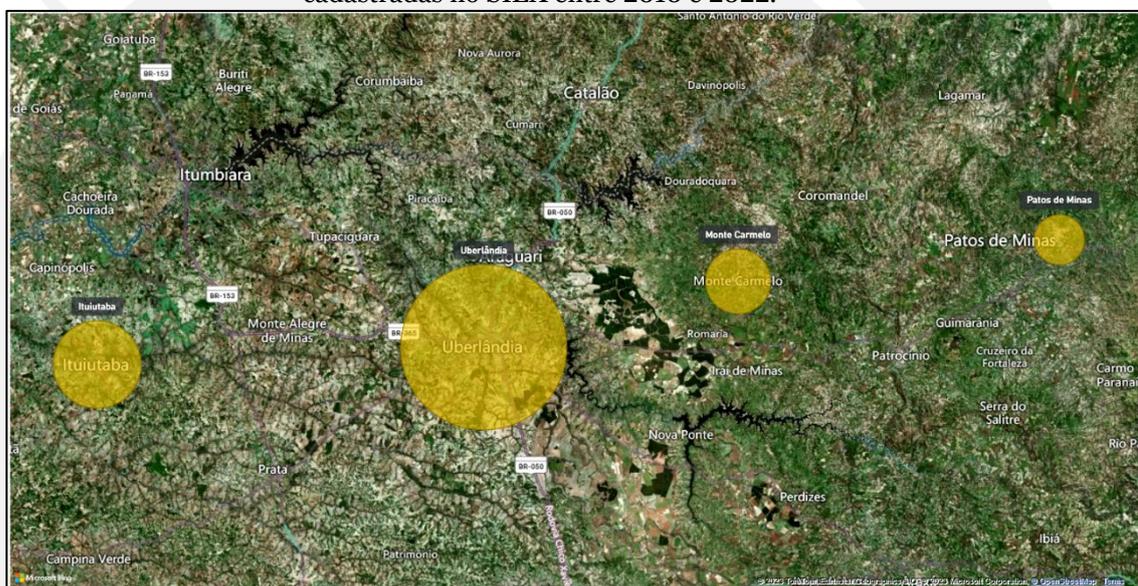
Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 2: Coordenação Geral das ações de extensão na UFU, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



Fonte: PROEXC-UFU (2023).

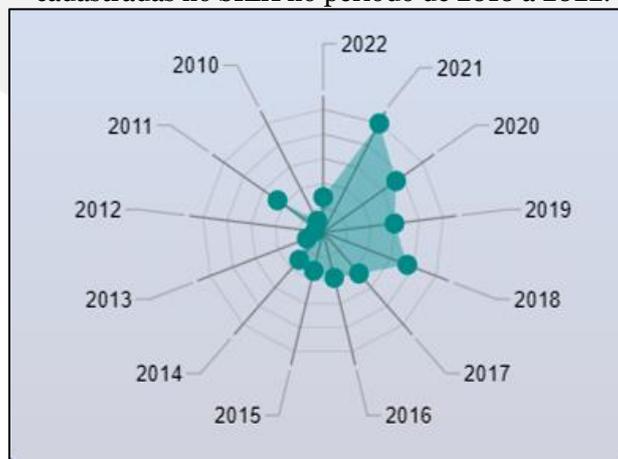
Figura 2: Quantidade de ações de extensão nos Campi da UFU, cadastradas no SIEIX entre 2010 e 2022.



Uberlândia: 14.155 ações
 Ituiutaba: 1.781 ações
 Monte Carmelo: 542 ações
 Patos de Minas: 314 ações

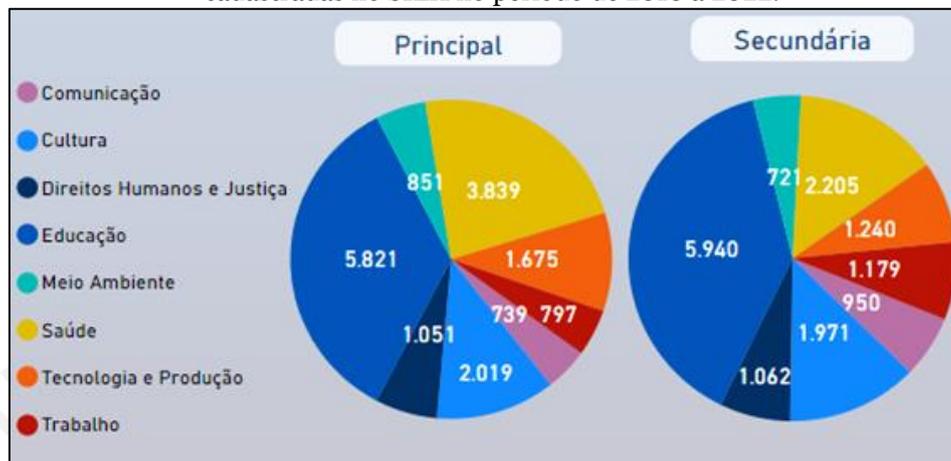
Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 3: Público direto participante das ações de Extensão na UFU, cadastradas no SIEIX no período de 2010 a 2022.



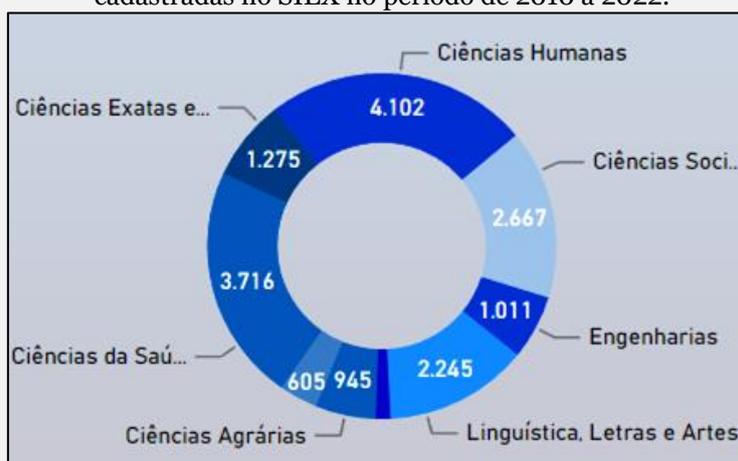
Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 4: Quantidades das atividades de Extensão na UFU por Áreas Temáticas, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 5: Quantidades das atividades de Extensão na UFU por Áreas do Conhecimento, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Ao analisar os dados da “Evolução das atividades de Extensão na UFU” do período de 2010 a 2022, encontra-se um total de 16.792 atividades aprovadas, sendo possível identificar no gráfico 1, uma crescente em número de atividades aprovadas, aumentando a cada ano, sendo 2022 o ano de mais aprovações: 2.097 atividades. A maioria delas (90,4%), como se pode perceber através do gráfico 2, foi coordenada pelos docentes da UFU. A figura 2 também nos aponta uma maior expressividade de ações na cidade de Uberlândia, a qual possui três unidades (nos bairros Santa Mônica, Umuarama e Glória).

Em relação ao público direto, o número também foi bastante expressivo: 18.137.541 participaram diretamente¹⁵. Em relação aos anos, 2021 obteve mais participação direta do público, como demonstra o gráfico 3. A área temática com maior número das ações foi a da Educação e em segundo lugar, a Saúde (gráfico 4). Outra consideração interessante foi a separação das atividades por áreas de conhecimento: 4.102 em ciências humanas e 3.716 em ciências da saúde. No total, foram emitidos dessas atividades 930.912 certificados, como mostra de modo geral a figura 2.

Desse modo, as ações registradas no período de 2010 a 2022 demonstram as quantidades e variedades de ações de extensão que a Universidade Federal de Uberlândia tem se esforçado em realizar, além de uma crescente valorização do papel da extensão na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão na instituição, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária, cujas cinco diretrizes são as seguintes: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012, p.16).

Os documentos que regulamentam as atividades extensionistas recentes da UFU revelam uma significativa autonomia na forma como as unidades dos cursos preparam e organizam suas atividades de extensão. Um exemplo disso é como a resolução nº 25/2019 estabelece a “Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019). Isso confere uma melhor adaptação à realidade das unidades de cada curso e também adaptação às especificidades que as ações extensionistas exigem em cada grade curricular; pois, de acordo com o artigo 12 (capítulo 3) da resolução SEI/UFU nº 25/2019:

Art. 12. As Coordenações de Extensão das Unidades Acadêmicas e Especiais de Ensino devem elaborar o Plano de Extensão da Unidade (PEX), conforme normatização específica, e submeter à apreciação e deliberação do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX).

§ 1º O Plano de Extensão da Unidade deve considerar o potencial de contribuição de cada área do conhecimento para o desenvolvimento

¹⁵ Segundo o PROEXC: “O dado de público direto no SIEX é preenchido pelo proponente da atividade de extensão no âmbito da UFU com a estimativa de participantes internos e externos à UFU; coparticipantes do processo de construção e executores da ação. Para tanto, a PROEXC orienta aos proponentes que considerem o nível de atendimento possível, como capacidade de espaço físico, ou ainda, a média das últimas ações semelhantes”. Ressaltamos que, nesse caso, o número de público pode se sobrepor nas atividades, de maneira que uma mesma pessoa pode participar de várias ações, sendo contabilizada sua participação em cada uma na somatória do público atendido.

humano, social, político e cultural da população, induzindo à inserção social dos estudantes da graduação, da pós-graduação, da educação básica ou da educação técnica, bem como dos servidores em diferentes contextos (Universidade Federal de Uberlândia, 2019).

No capítulo 2 da resolução, “Das diretrizes, dos princípios e dos objetivos”, observam-se elementos que indicam haver um entendimento de extensão como comunicação nesta instituição pública, visto que consta no item 1 das diretrizes da extensão das IFES: “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade configurada pelo diálogo, a troca de conhecimento, a participação e o contato com as questões sociais complexas contemporâneas” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019), sendo essa interação dialógica uma interação na forma de comunicação, a qual entende-se ser fundamental para a universidade alcançar o compromisso com uma educação libertadora, tal como apresenta Paulo Freire.

Destaca-se na resolução a caracterização das modalidades de ações extensionistas previstas na instituição, o que auxilia os proponentes a conhecer a diversidade de possibilidades de ação e adequar seu planejamento, execução e avaliação de acordo com as respectivas características. A seguir apresentamos a classificação de modalidades das ações de extensão da plataforma SIEX-UFU e da resolução nº25/2019:

Art. 3º A extensão na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) deverá ser organizada nas seguintes modalidades: I – **Programa** – é um conjunto de projetos ou outras atividades extensionistas inter-relacionadas com objetivos gerais comuns; II – **Projeto** – conjunto de atividades com objetivo específico e prazo determinado, podendo ter vinculação a algum programa institucional ou de natureza governamental, que atendam a políticas dos entes federativos. III – **Curso/Oficina** – conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, voltado para a formação continuada, o aperfeiçoamento ou a disseminação de conhecimento; IV – **Evento** – ações que envolvam organização, promoção ou atuação, implicando apresentação pública mais ampla, livre ou para clientela definida e que objetivam a difusão de conhecimentos, processos ou produções educacionais, artísticas, culturais, científicas, esportivas ou tecnológicas desenvolvidas, acumuladas ou reconhecidas pela Universidade; e V – **Prestação de Serviço** – atividades de caráter permanente ou eventual que compreendam a execução ou a participação em tarefas profissionais fundamentais em habilidades e conhecimentos de domínio da Universidade que se transferem ou se intercambiam com a sociedade, cuja prestação de serviço deve ser de um ou mais dos interesses: a) educacional; b) social; c) cultural; d) artístico; e) científico; f) filosófico; g) tecnológico; h) esportivo; e i) de inovação (Universidade Federal de Uberlândia, 2019, grifo nosso).

A construção e evolução da extensão na UFU demonstram terem cada vez mais se transformado ao longo do tempo. Como dito antes, uma universidade enquanto *espaço para além* também percebe seus desafios e tenta construir

caminhos para garantir seu espaço político-público uma possibilidade para todos, todas e todes, entendendo também o sentido de coletividade dessa construção, seus impactos dentro e fora dos muros universitários.

A partir desta perspectiva, foi possível encontrar sinais de uma construção dialógica para um *espaço para além* também através do Dashboard de “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável UFU”, também disponibilizado pela PROEXC-UFU. A Universidade Federal de Uberlândia aderiu à “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU por meio dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Os 17 ODS e a agenda da ONU formam um guia que objetiva construir, até 2030, enfrentamentos a questões sérias como pobreza, sustentabilidade, inclusão social, paz, entre outros. Como se observa abaixo, as ações de extensão registradas no SIEX possuem grande importância para tais objetivos. Entre os objetivos mais contemplados por ações de extensão da UFU encontram-se o 4 - Educação e Saúde (1.738 ações), o 3 - Saúde e Bem-Estar (971 ações) e o 10 - Redução das desigualdades (520 ações), além dos outros quatorze objetivos contemplados.

Figura 3: Quantidades das atividades de Extensão na UFU por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cadastradas no SIEX-UFU no período de 2010 a 2022.



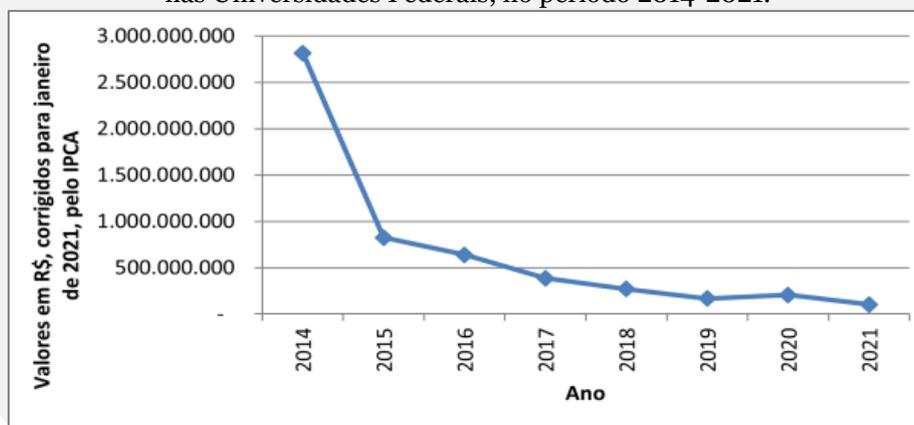
Fonte: PROEXC-UFU (2023)

Embora a significativa quantidade de ações cadastradas no SIEX-UFU demonstre o quanto essa instituição tem destinada atenção às políticas extensionistas, buscando construir-se por princípios dialógicos que visam conectar sociedade e universidade, a UFU, assim como as IFES em geral, encontram-se frente

a constantes percalços ocasionados pela crescente desvalorização orçamentária, a exemplo de grandes bloqueios orçamentários federais vivenciados em 2016. As universidades públicas têm sofrido, especialmente nos anos de 2016 a 2022, graves consequências da falta de políticas governamentais ou mesmo de políticas contraditórias às finalidades das mesmas, como por exemplo, o aumento expressivo de contingenciamentos de verbas das universidades federais desde a emenda constitucional 95, aprovada em 2016, que previa a redução progressiva de recursos orçamentários para saúde e educação.

Ademais, de acordo com Araújo e Macedo (2022), tal fato se agravou mais ainda quando se analisa o orçamento do Ensino Superior no governo Bolsonaro, verifica-se progressivamente uma redução no orçamento autorizado nos anos de 2019 a 2021. Segundo eles, houve uma baixa no orçamento de 15,32% em 2021 com relação a 2019 (6,53 bilhões). Não obstante seja um cenário que prejudica o funcionamento das IFES, notaram-se ainda outras reduções de verbas: as verbas destinadas aos investimentos nas Universidades Federais, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 6. Evolução dos recursos financeiros associados aos investimentos nas Universidades Federais, no período 2014-2021.



Fonte: Brasil, Câmara dos Deputados, 2021 (apud Araújo e Macedo, 2022).

Isso demonstra a importância do estabelecimento e consolidação de políticas públicas, e não apenas governamentais, que valorizam e incentivam ações nas universidades que promovam seu compromisso com a educação libertadora. O oposto disso constitui-se em ações governamentais que reduzem verbas na educação, direcionam processos de privatizações e, por consequência, no que tange à comunicação com a comunidade externa às universidades, atuam pautados na concepção de transferência; transformando o espaço da universidade num *espaço para quem: para quem* dos debates sociais, *para quem* da classe trabalhadora e

dos oprimidos, *aquém* das construções em coletivo, mas sobretudo, *aquém* dos interesses em construir uma democracia verdadeira. Os contingenciamentos e bloqueios orçamentários às universidades federais, bem como constantes ataques ao seu papel na sociedade, ocorridos, principalmente, nos quatro anos de governo do presidente Bolsonaro, conforme apresentados por Araújo e Macedo (2022), demonstram e comprovam o caráter político público dos espaços universitários. Para demonstrar a situação de manutenção sofrível que foi se tornando a das IFES durante um governo alinhado às oligarquias tradicionais, tomamos dados apresentados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2023), segundo a qual, os bloqueios orçamentários vieram com cada vez mais frequência a partir de 2019¹⁶. Só em 2020, por exemplo, o orçamento da Capes ficou 48% menor, enquanto o CNPq teve uma queda de 87% para fomentos para projetos de pesquisa e bolsas para 2020.

Políticas de valorização das universidades federais são importantes porque também impactam seu entorno territorial, pois conforme pesquisa de Rita de C. M. S. Anselmo (2020, p. 14) “há uma forte ligação entre a chegada das universidades públicas, cujas informações são relevantes para a base do desenvolvimento e a chegada da modernidade ao interior de Minas Gerais”. Para a autora, a instalação das instituições de ensino no Estado de Minas Gerais, em geral:

é instigadora da atração de outros equipamentos sobre o território e sem dúvida, são usados como uma política territorial justamente para produzir esse efeito. Muitas das cidades que receberam tanto as universidades como os institutos federais promoveram um processo de urbanização importante, sendo a renda desses municípios poderosamente estimulada por esse processo (Anselmo, 2020, p. 15).

Portanto, seu papel instigador de políticas territoriais, revela a gravidade dos mecanismos usados para a desvalorização das universidades públicas.

Em meio a tais acontecimentos ficam clara as estratégias de fragilização da educação superior pela lógica neoliberal do modo de produção capitalista, “ao tempo em que precariza as condições de trabalho existentes pela falta de manutenção e reposição de sua infraestrutura e de pessoal” (Araújo; Macedo, 2022). Outrossim, isso demarca o compromisso que a universidade deve ter com a democracia frente a tais situações impostas e, por consequência, com a educação libertadora dos estudantes que a acessam. Algo que exemplifica isso, por exemplo, é o fato de as

¹⁶ Para mais informações, consultar o “Painel Andifes de informações orçamentárias” (2023) no site andifes.org.br.

dívidas públicas dos Estados nacionais refletirem a opção preferencial pela acumulação e reprodução do capital do neoliberalismo, que “significa também que a luta democrática das classes populares está demarcada como luta pela gestão do fundo público, opondo-se à gestão neoliberal” (Chauí, 2001, p.181).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se a importância de garantir às IFES a manutenção de seu funcionamento, tendo em vista sua relação com a educação libertadora dos estudantes. Esse espaço da universidade se coloca como um *espaço para além*, pois esse também é um espaço de debate, confrontos intelectuais, negociações e conexões com o poder em qualquer escala que ele esteja posto. Considera-se, assim, que a condição pública desses lugares que, resistente à dominação da lógica neoliberal do modo de produção capitalista, luta pela manutenção do sentido político a esse espaço, e sua importância na sociedade.

O Brasil formou-se estruturalmente através de processos de colonização, ou seja, através da desumanização e opressão de povos originários do Brasil e escravizados de África. Isso configurou na gênese da nação brasileira uma desigualdade social estrutural muito grande. A história desse país perpassa pela exploração de grupos sociais, concedendo privilégios às classes mais favorecidas economicamente, enquanto a classe trabalhadora segue acessando o mínimo. A partir desse processo histórico que a educação brasileira se forma também, refletido o mesmo processo.

Entretanto, constitui-se também na educação a possibilidade de questionar esse processo, elaborá-lo e oferecer condições para que seja possível constituir uma vida digna em sociedade. Sendo a instituição de ensino superior um espaço político-público capaz de oferecer condições para além do que já foi visto na educação básica, esta se faz ao mesmo tempo um espaço para além. Embora isso seja compreendido, é necessário entender que existem condições para que isso aconteça. Uma delas é perceber que a educação libertadora se constrói em associação com um ambiente facilitador. Outra condição é interpretar a sociedade e a universidade como aliadas na construção de uma civilização democrática. E através, por exemplo, da extensão na forma de comunicação que isso se prova possível: a dialogicidade presente nas ações IFES-sociedade e sociedade-IFES permitem interlocuções importantes, ao considerar todos sujeitos transformadores no processo.

Na escala local de análise das ações extensionistas da Universidade Federal de Uberlândia, foi possível concluir um compromisso com o “Plano Nacional de Extensão Universitária”. O plano nacional estabelece as ações de extensão como dialógicas, ou seja, ações que devem envolver a sociedade e considerá-la nesse processo. Essa diretriz reflete uma ideia freireana de extensão na forma de comunicação. Assim, as diretrizes extensionistas da UFU refletem também a noção freireana de extensão na forma de comunicação, seguindo o plano nacional. Além de um total de 16.972 ações cadastradas no SIEX-UFU no período de 2010 a 2022, foi possível encontrar no gráfico de evolução da extensão na UFU dados oficiais da instituição referente a esse período, com um número significativo de público beneficiado diretamente por tais ações extensionistas: um total de 18.137.541 participações. Logo, a UFU demonstra não só em suas diretrizes e planos um compromisso com as políticas de extensão, mas também concretamente em suas ações, conforme a quantidade expressiva de ações realizadas e de público direta e indiretamente beneficiado por elas através desse período, numa possível busca por reconhecer e reverter o histórico distanciamento das instituições de ensino superior com a sociedade.

O cenário da atual política de extensão na UFU permite visualizar que há uma busca crescente pela construção de condições possíveis nesta universidade para seus estudantes terem acesso a uma formação superior que reconhece a importância da comunicação com a sociedade e de seu papel transformador de mundo.

Embora isso esteja posto, a forma como os governos federais valorizam as universidades públicas, a exemplo do destino dos orçamentos às universidades, denuncia seu compromisso com a educação superior da população brasileira. Enquanto a educação superior não for tomada como um investimento e não gasto, será muito sufocante o caminho para democratizar as universidades e educar os estudantes na perspectiva da educação libertadora e como um direito comum a todos, todas e todes de fato.

Neste caminho se faz necessário o diálogo com a sociedade, pois, ainda que a universidade tenha um histórico de ações de extensão, nem sempre fez sob a forma freireana de dialogicidade com a sociedade, de reconhecimento do saber de outros sujeitos. Nesse sentido, os planos nacionais de extensão desde 2010 têm sido importantes para o conhecimento desses desafios em escala nacional.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

CAPES. **Portal de Periódicos da Capes**. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em: 11 out. 2023.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUI, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM: maio 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 82 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

KEHL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero, 1914. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica**. 2011. Tese de Livre-Docente em Psicologia da Educação. Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista. Bauru-SP: UNESP, 2011.

PEREIRA, Alexandre de J.; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas, A Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais. **Revista Augustus**, n. 5, v. 25, p.219-136, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p219>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRALHA, Conceição Aparecida. **O ambiente facilitador winnicottiano: teoria e prática clínica**. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Fernanda Xavier de Jesus. **O ambiente facilitador em Winnicott e o aprendizado da matemática**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SILVA, João Vitor Martins. **A universidade federal brasileira e a importância da extensão na perspectiva da educação libertadora**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Conheça a UFU**. Disponível em: <https://ufu.br/institucional>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. Resolução n. 25/2019 de 26 de novembro de 2019. Dispõe sobre a **Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia**. SEI nº 1710556, Uberlândia, MG, 26 nov. 2019. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2019-25.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Evolução da Extensão na UFU**. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/servicos/evolucao-da-extensao-na-ufu>. Acesso em: 01 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. Colegiado de Extensão do Instituto de Geografia. **Plano de Extensão da Unidade - PEX** de 18 março de 2022. Plano de Extensão do Instituto de Geografia. SEI nº 3448182, Uberlândia, MG, 18 mar. 2022. Disponível em: https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGn. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **PROEXC, Pró-reitoria de Extensão e Cultura**. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/direc>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **PROPLAD, Pró-reitoria de Planejamento e Administração**. Disponível em: <http://www.proplad.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/anuarios>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **SIEX, Sistema de Informação de Extensão.** Disponível em: <https://www.siex.proexc.ufu.br/>. Acesso em 11 out. 2023.

UrE5R5r7BS8vHUCD92hJS2OnKxCfPT3AqDla_q9ZE3hG8d9J3V6bxIZl3HnWtU4ERxHZxXjn9EXtq.

WINNICOTT, Donald W.. **Tudo começa em casa.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

WINNICOTT, Donald W.. **Processos de amadurecimento e ambiente facilitador:** estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. São Paulo: Ubu Editora, 2022.